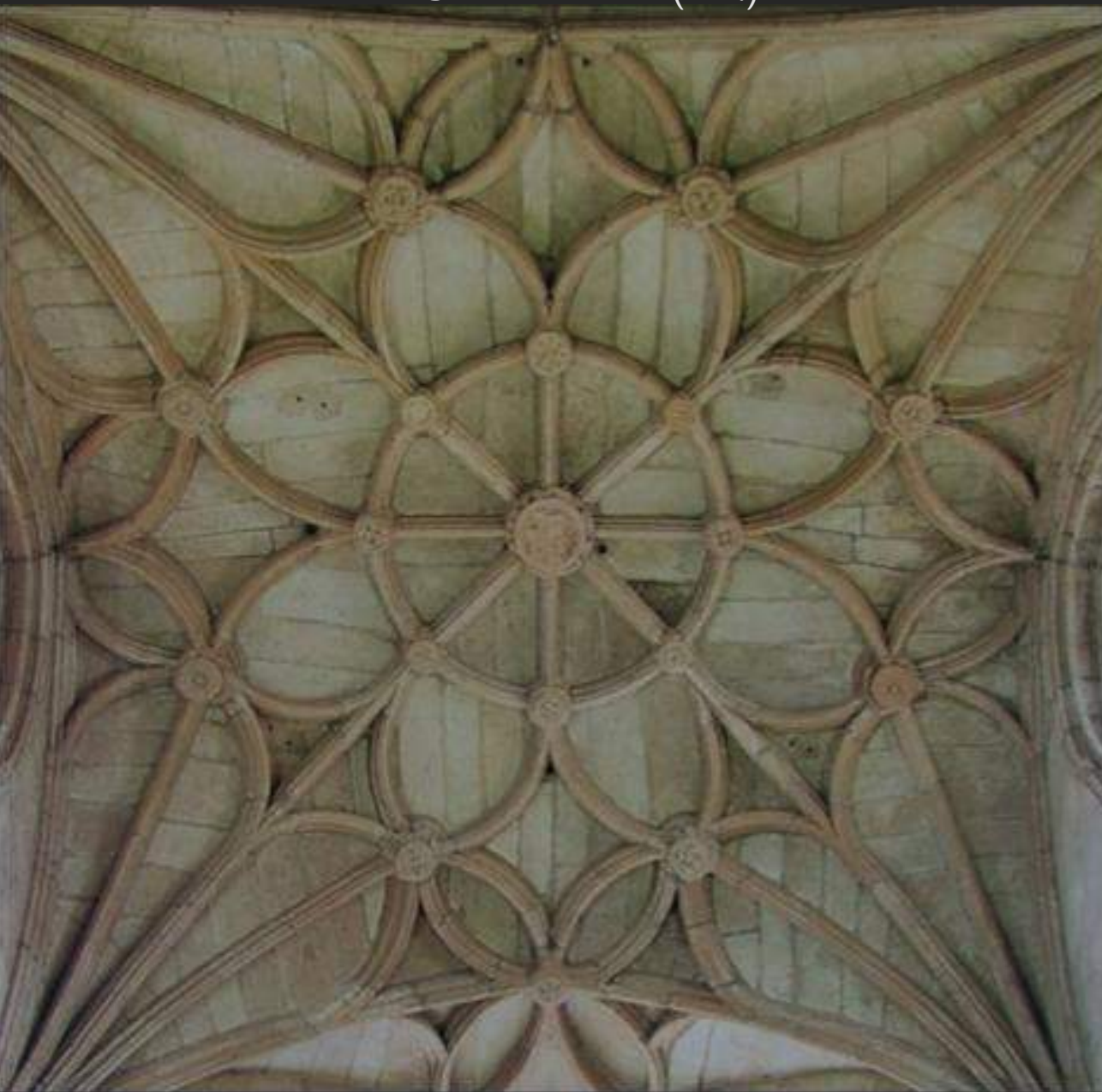


Joana Ramôa Melo
Luís Urbano Afonso (eds.)



O FASCÍNIO DO GÓTICO

UM TRIBUTO A JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

ARTIS – Instituto de História da Arte
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O FASCÍNIO DO GÓTICO.

UM TRIBUTO A JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

Joana Ramôa Melo
Luís Urbano Afonso
(eds.)

**O FASCÍNIO DO GÓTICO.
UM TRIBUTO A JOSÉ CUSTÓDIO
VIEIRA DA SILVA**

ARTIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | **UNIVERSIDADE
DE LISBOA** **FLUL** **LETRAS
LISBOA**

ARTIS – Instituto de História da Arte
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

Paginação:

Joana Ramôa e Luís Urbano Afonso

Primeira edição:

Dezembro de 2016

Capa:

Abóbada da capela-mor da Catedral de Braga

Foto: Ricardo Silva

ISBN:

978-989-20-7270-8

Propriedade e Edição:

© ARTIS – Instituto de História da Arte
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
Telf. 217 920 000

Todos os direitos reservados

ÍNDICE

Introdução

Joana Ramôa Melo e Luís Urbano Afonso VII

A arquitetura religiosa fortificada no século XIV: heranças e *experimentalismos*

Catarina Oliveira Villamariz1

O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada

Giulia Rossi Vairo17

A Sé de Lisboa, de panteão régio de D. Afonso IV a *necrópole* de enterramentos privilegiados no final da Idade Média

Jorge Rodrigues33

Um panteão régio tardo-medieval: inovação e tradicionalismo no programa funerário dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro da Batalha

Joana Ramôa Melo53

El triunfo del rey sobre la muerte. Estudio iconográfico de dos funerales reales representados en la *Crónica Geral de Espanha de 1344*

Maria Pandiello75

O manuscrito da *Crónica Geral de Espanha de 1344* da Academia das Ciências de Lisboa. Problematização em torno das questões da origem e da execução

Catarina Tibúrcio87

As sinagogas portuguesas e o tardo-gótico despojado

Luís Urbano Afonso105

Pequenas arquiteturas para grandes túmulos

Telmo Mendes Leal137

O programa escultórico do portal da Sé de Silves

Francisco Teixeira149

Mobilidade artística e transferência de conhecimentos na arquitetura tardo-gótica e os seus reflexos em Portugal no século XV e nas primeiras décadas do século XVI

Ricardo Silva163

Uma cultura visual para o feminino? Iluminura nos mosteiros dominicanos femininos do século XVI: o estado da questão

Paula Freire Cardoso185

O dito Livro de Horas dito de D. Fernando ou de D. Catarina. Proveniência, atribuição e organização

Delmira Espada Custódio201

Imagens de erudição na decoração da faiança portuguesa. Século XVI e XVII

Rui Trindade215

Lista de publicações do Prof. Doutor José Custódio Vieira da Silva

Joana Ramôa Melo e Luís Urbano Afonso239

Introdução

Rigorous, generoso e empolgante na sua forma de transmitir o conhecimento, conduzindo cada uma das muitas lições que fizeram a sua carreira com a competência e a naturalidade de um dom, José Custódio Vieira da Silva foi sempre, acima de tudo, o eloquente Professor. Foi nesse papel que muitos dos que hoje seguem percursos pelos caminhos da História da Arte em Portugal o conheceram. Foi nesse papel – atrevemo-nos a dizê-lo – que sempre mais à vontade se sentiu. Faz, por isso, sentido que seja por aí que comecemos.

Natural de Braga, mas cedo apaixonado por Setúbal, José Custódio Vieira da Silva concluiu a licenciatura em História em 1976 (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), realizada ao mesmo tempo que cumpria serviço militar. A sua apetência pela partilha do conhecimento (e o ensaio de estratégias essenciais a fazê-lo de forma eficaz) revelou-se nas salas de aula do Ensino Secundário, onde lecionou durante uma década (1975-1986). Em 1983 integrava o grupo de candidatos ao Mestrado em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, primeira formação específica na área a ser oferecida em Portugal, delineada (e fortemente influenciada) pelo entusiasmo e o saber dos carismáticos Profs. Doutores José Manuel Bairrão Oleiro, Artur Nobre de Gusmão e José-Augusto França. Concluía, com nota máxima, a dissertação em 1986, tendo-se debruçado sobre *O Tardo-Gótico na Arquitectura Religiosa do Alentejo*, sob a orientação do Prof. Nobre de Gusmão (à qual voltaremos mais adiante). Nesse mesmo ano, a abertura de um concurso público criava a oportunidade de enveredar pela carreira académica, construída, desde então, em ligação profunda e permanente ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na herança assumida e bem trabalhada do Prof. Gusmão. Em 2013, encerrava um intenso e riquíssimo percurso docente, na qualidade de Professor Catedrático. Pelo caminho, imprimira a sua marca – até hoje visível – nas cadeiras (depois unidades curriculares) de História da Arte Medieval, História da Arte Gótica, História da Arte Gótica em Portugal, História da Arte Manuelina (licenciatura), História da Arte Medieval I e II, Paços Medievais Portugueses e Arquitectura Gótica em Portugal (Mestrado). No mesmo período, a conclusão – mais uma vez com distinção e louvor – do Doutoramento sobre arquitetura civil da Idade Média portuguesa, em 1993, constituía novo marco na carreira docente, como na investigação, do Professor, tal como ocorreu com as

brilhantes provas de agregação que realizou em 2003, com uma lição seminal sobre a tumulária gótica portuguesa.

A participação ativa na vida da faculdade – traduzida numa presença constante e no citado rigor no cumprimento de toda e qualquer responsabilidade decorrente do papel de docente – refletiu-se ainda no desempenho de outros cargos e na promoção de uma série de atividades pensadas para a investigação e o ensino, quer como Vice-Presidente do Conselho Científico da FCSH (2005-2006), quer como Coordenador Executivo do Departamento de História da Arte (1995-1997; 2003-2005; 2007-2013), como Presidente (1995-1997; 2003-2005) e Vice-Presidente da Comissão Científica do Departamento (1993-1995; 2001-2002) ou mesmo como Presidente do Instituto de História da Arte (1997-2004), unidade de investigação na qual continuou depois como coordenador da linha de Arquitetura e Artes Visuais e de Arte Medieval (2011-2013).

No exercício da docência, muitas foram as horas passadas, com alunos, curiosos e especialistas, dentro e fora das salas de aula, em visitas de estudo constantes, orientações de teses de Doutoramento (7) e dissertações de Mestrado (19), participação em júris de provas académicas (147), realização de guiões, intervenções em cursos de formação, organização de encontros científicos, curadoria de exposições – sempre pondo em prática uma brilhante capacidade comunicativa, uma poética forma de olhar o objeto artístico e de nos cativar para ele, e uma exigência que, oriunda do seu próprio discurso, foi incutindo nos alunos uma metodologia científica, crítica e atual na abordagem do fenómeno tão rico, fascinante e complexo que é a Idade Média e a sua produção artística.

Sem dúvida que o estímulo para continuamente questionar, problematizar e aprofundar a investigação, no sentido de rever velhas teses e sustentar as nossas novas, constituiu a mais valiosa herança que deixou em todos aqueles que tiveram o prazer de ser seus alunos. A maior parte da investigação que desenvolveu ao longo da sua carreira como historiador de arte incidiu sobre três áreas: arquitetura religiosa entre o gótico e o manuelino; arquitetura tardo-gótica civil; e escultura funerária gótica. Não sendo o objetivo, e a natureza, desta introdução apresentar cada uma das suas publicações, cuja relação integral se encontra no final deste volume, lembramos apenas um dos seus estudos que mais nos marcaram. O trabalho em questão é o livro *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo* publicado em 1989, por mão do saudoso Dr. Rogério Moura, na coleção “Estudos de Arte” da editora Livros

Horizonte, e que resultou da tese de mestrado apresentada por José Custódio Vieira da Silva em 1986, sob orientação de Artur Nobre de Gusmão. Num tempo em que as teses de mestrado estavam muito próximas, em extensão e problematização, das teses de doutoramento dos nossos dias, José Custódio Vieira da Silva realizou uma análise integrada da arquitetura tardo-gótica alentejana, enfatizando as implicações geoculturais do mediterrâneo latino nas soluções inovadoras, e singulares, dessa arquitetura alentejana, tanto em termos de tecnologia e materiais, como na sua espacialidade e na poética das formas utilizadas, entre o mudéjar e o manuelino. Trata-se de uma obra recheada de interpretações inovadoras e explicações solidamente alicerçadas, boa parte das quais, como referimos, resultou de um intenso trabalho de campo realizado em Portugal, Espanha e sul de França. De qualquer modo, e isso será um dos traços das publicações de José Custódio Vieira da Silva, é igualmente uma obra maior do ponto de vista literário, dotada de uma escrita límpida e poética, que tornam a sua leitura apaixonante mesmo para um público não especializado.

É ao Professor e ao Investigador que, pelo inestimável contributo que deixou à historiografia da arte medieval portuguesa, formando novos estudiosos da temática e passando ao papel os resultados de uma marcante prática investigativa, que o tributo se impõe através desta obra. De uma forma singela, juntando estudos de antigos alunos e colegas e ainda de alguns investigadores em formação, pretendemos fazer uma justa homenagem ao trabalho que nos deixou e aos caminhos que abriu e que hoje, com o peso de uma responsabilidade estimulante, percorremos. Coube-lhe, afinal, em todos (bem) semear *o fascínio de Gótico...*

Um panteão régio tardo-medieval: inovação e tradicionalismo no programa funerário dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro da Batalha

Joana Ramôa Melo

Instituto de História da Arte, FCSH-UNL
Instituto de Estudos Medievais, FCSH-UNL
joana.ramoa@gmail.com

Resumo

O sepultamento dos reis fundadores da 2ª dinastia portuguesa concretiza um momento de viragem de grande significado, rompendo com algumas das mais consistentes tradições da prática tumular portuguesa ao longo de todo o século XIV. Desde logo, pelo facto de ser concebida e construída de raiz, por ordem de D. João I, uma capela funerária destinada exclusivamente a panteão régio – a *Capela do Fundador*. Esta inovação merece, contudo, ser matizada, não só tendo em conta outros projetos comemorativos anteriores, como através de um justo reconhecimento do peso da tradição. Importa, de resto, encetar uma reflexão em torno de determinados conceitos e valores inerentes à comemoração régia, começando na própria noção de panteão.

Abstract

The royal couple responsible for the beginning of a new dynasty in Portuguese monarchy – João I and Philippa of Lancaster – are also the protagonists of a significant change on funerary patterns, breaking with some of the most consistent traditions followed throughout the fourteenth century in Portugal. Firstly, the funerary chapel designed to house their monument was the first structure in Portuguese royal history to be conceived from the scratch – the *Capela do Fundador* ('the Founder's Chapel'). This innovation should however be nuanced by considering previous commemorative projects. To this end we should start a new discussion on several concepts and values involved in royal commemoration, beginning with the very own notion of pantheon.

Palavras-chave: D. João I; panteão; capela; tumulária; monarquia; comemoração régia.

Keywords: king João I; pantheon; chapel; tomb sculpture; monarchy; royal commemoration.

No dia 4 de Outubro de 1426, o rei D. João I de Portugal redige, nos aposentos do Paço de Sintra, o seu testamento, o único que lhe conhecemos, instrumento revelador das últimas vontades do monarca nos planos memorialístico e institucional/administrativo e lugar por excelência de revelação da dupla dimensão, simbólica e estratégica, de que se reveste o processo de preparação da morte, particularmente ritualizado neste final da Idade Média portuguesa.

Este é, portanto, o primeiro sinal ou momento da *boa morte* que esse rei de *boa memória* a tantos níveis – D. João I – saberá concretizar e do carácter exemplar, paradigmático, de um *passamento* perfeitamente “domesticado”¹ que aos seus contemporâneos visa apresentar² – num derradeiro conjunto de atitudes e comportamentos que de imediato participam na construção de uma imagem mítica, não apenas de si próprio, mas também da corte, dos códigos e da descendência que, em conjunto com D. Filipa de Lencastre, o rei fundador da dinastia de Avis soubera criar e regular, contribuindo para os envolver numa aura de exceccionalidade³.

Depois de um introito composto segundo moldes tradicionais e os caracteres definidores da espiritualidade da época, no qual o monarca expõe os princípios da sua fé, os motivos do seu ato testamentário e encomenda a alma a Deus e à Virgem (que, no seu caso, sempre lhe consagrara especial proteção), D. João trata de imediato dos assuntos relativos à preservação do seu corpo. Tal preocupação e o lugar que a mesma ocupa no contexto testamentário são, sem dúvida, aspetos reveladores da importância dada às condições de tumulação, neste caso perspectivadas como um dos principais domínios de potencial exaltação pessoal e genealógica do monarca defunto⁴. Afirma o rei D. João I:

¹ Fazemos uso do conceito de “morte domesticada”, definido por Ariès (1989, 25) para explicar a forma como esta é encarada e preparada na Idade Média.

² A este propósito veja-se Carvalho (1996, 157-248) e Coelho (2005).

³ Convirá aqui referir que também o processo conducente à morte de D. Filipa é narrado por Zurara com contornos de exemplaridade, o que se reflecte de modo particular na descrição dos momentos imediatamente anteriores ao passamento, durante os quais teve ainda a rainha lucidez para pedir aos clérigos da corte que lhe rezassem o ofício dos mortos, corrigindo-os, sempre que necessário, como era seu hábito (Zurara [s.d.], 100).

⁴ Não deixa de ser curioso, para não dizer desconcertante, que esta mesma consciência não resulte em qualquer preocupação, da parte deste monarca, dos seus antecessores ou sucessores (e até D. Manuel I), com a dignificação das sepulturas propriamente ditas daqueles que primeiramente haviam ocupado o trono (de D. Afonso Henriques a D. Afonso III), contrariamente ao que no vizinho reino de Castela se verificara, pelo menos desde Alfonso VII (1105-1157), empenhado em dignificar os sepulcros de Oña, embora não se saiba exatamente em que moldes (Alonso Álvarez 2012). Um apontamento de exceção é significativamente concretizado na figura de D. Duarte, que “*com huum boom zello e animo deu aos rex que jazem em o moesteiro de Sancta Cruz [D. Afonso Henriques e D. Sancho I] dous panos douro pera lançarem em cima dos seus moymentos*” (Cruz 1968, 94, *cit. in* Gomes 1997, 289).

“...mandamos, q o nosso corpo se lance no Mosteiro de Santa Maria da Victoria, q Nós mandamos fazer, com a Rainha D. Felipa minha molher a quem Deos acrecente em sua glória, em aquel muymento, em que ella jaz, nom com os seus ossos della, mas em hum ataúde; assi, e em tal guisa, q ella jaça em seu ataúde, e Nós em o nosso; però jaçamos ambos em hum muimento, assi como o Nós mandamos fazer. E isto seja na Cappela mor; assi como ora ella jaz, ou na outra, q Nós ora mandamos fazer, despois q for acabada” (Sousa 1947, 23).

Refere-se o rei, como é sabido, à estrutura funerária que integra o programa arquitetónico do mosteiro da Batalha, vulgarmente conhecida como *Capela do Fundador*. Relativamente a este espaço deveria ainda D. Duarte (e seus sucessores na coroa), segundo D. João se expressa mais à frente na sua disposição testamentária, zelar para que

“ninguém se lance nem soterre dentro no jazigo, que Nós mandamos fazer em a nossa Capella em alto; nem no chaõ, salvo se for Rey destes Regnos. E mandamos, que polos jazigos das paredes da Capella todas em quadra, assi como saõ feitas, se possaõ lançar filhos, e netos de Reys, e outros nom” (Sousa 1947, 27).

Ao encomendar semelhante edificação e ordenar a sua disposição *post mortem* nestes termos, o rei que fundara uma nova dinastia na coroa portuguesa assume-se, simultaneamente, e em coerência com esse seu papel fundacional, como inaugurador de uma tipologia comemorativa régia, animada, de raiz, por uma dinâmica (e talvez consciente) articulação entre novidade e tradição, que importa aqui aprofundar⁵.

Num primeiro olhar, ressalta a novidade inerente à efetiva concretização de um projeto de *panteão régio*, fortemente ancorado, embora não em exclusivo, numa buscada exaltação linhagística. Relativamente a este aspeto, importa-nos

⁵ Já anteriormente a novidade inerente às escolhas joaninas foi reconhecida e tratada por autores como José Custódio Vieira da Silva (Silva e Redol 2007; Silva e Ramôa 2008) e Saúl António Gomes (Gomes 1997). Neste artigo, propomo-nos aprofundar este tópico na sua justa dimensão e, ao mesmo tempo, articulá-lo com o que se nos afigura uma igualmente válida perceção do tradicionalismo também patente no programa.

sublinhar três dados fundamentais, que obrigam a matizar um pouco este discurso.

O primeiro, relacionado com o que julgamos ser uma necessária revisão do discurso historiográfico na manipulação – quanto a nós por vezes anacrónica e excessiva – deste conceito de “panteão”, no que se refere às práticas tumulares dos primeiros monarcas portugueses. Efetivamente, a deliberada escolha, feita pelos reis (de D. Afonso Henriques a D. Afonso III), de Santa Cruz e Alcobaça como locais de sepultamento para si mesmos, e mesmo a designação como “Capelas” ou até “Capelas dos Reis” (Gomes 1997, 290) que ambos os espaços, dispostos à entrada de cada uma das igrejas, recebem, em documentação tardia face às datas da sua ocupação fúnebre (sécs. XV-XVI), não nos parecem dados suficientes para os entendermos como mais do que locais de preservação da memória régia, reconhecidos como lugares de digno descanso pelos monarcas que os elegeram e (pela importância de um e outro mosteiro) de consagração do prestígio da realeza pelos vindouros. Isto é, o uso do termo “panteão” pressupõe, quanto a nós, mais do que a mais ou menos circunstancial reunião de corpos régios num mesmo local; tem implícita uma consciente e deliberada intenção de compor um espaço próprio de comemoração régia (o que é todo outro projeto político) – seja estruturado em torno da família seja da ocupação do trono – o que não nos parece ser o caso nem em Coimbra nem em Alcobaça, resultando, portanto, numa extrapolação (e abafando a efetiva novidade de outros projetos que agora começam a ser trazidos à luz – Rossi Vairo 2014, idem 2012, idem 2011, idem 2009). Com isto não queremos obviamente pôr em causa a mais do que natural exclusividade régia desses espaços funerários (e o seu reconhecimento como tal, mesmo no momento da sua ocupação⁶), nem sequer invalidar a existência de uma consciência de continuidade dinástica e o desenvolvimento de outro tipo de recursos que potenciam essa ideia. Entre eles, um só exemplo. O empenho de D. Dinis, juntamente com a mãe, na dignificação do sepultamento do pai, mandando cumprir a sua última decisão de permanecer em Alcobaça, em 1289, 10 anos depois da morte de D. Afonso III (Brandão 1650, 156-156v), é demonstrativo, entre outras coisas, dessa mesma consciência e do uso de outro tipo de estratégias para lhe dar concretização.

⁶ Estabelecendo-se uma diferença entre a *recepção* desses primeiros lugares de sepultamento régio como “panteões” (e mesmo esta, marcada por uma história que leva à sua “construção”) e a sua *conceção* como tal, passível de proporcionar certas leituras políticas e ideológicas.

Não é, de resto, por acaso que escolhemos recorrer a este exemplo. D. Dinis protagoniza precisamente o segundo dado que deve entrar nesta discussão. Referimo-nos às originais aspirações do rei quanto à formalização de uma nova relação da sua memória e do seu corpo com a instituição religiosa comunitária a quem os entrega. Segundo a análise fundamentada e inovadora de Giulia Rossi Vairo, apoiada tanto nos documentos como na reconstrução das circunstâncias históricas, a opção de D. Dinis pelo sepultamento no mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, detetável pela primeira vez na documentação em 1318, terá revestido uma importância, neste domínio da memória régia, muito superior à que até agora lhe foi atribuída – traduzindo uma inovação em potência que não lograria, contudo, alcançar o seu mais amplo significado. Movido pelo desejo de arquitetar a reconciliação e pacificação familiares e apoiado numa conquista verificada entre os leigos, de intromissão no espaço eclesial cisterciense, bem como nas consequências de um processo de estabilização momentânea do reino e de redefinição das relações entre o poder temporal e a hierarquia eclesiástica, D. Dinis terá sido, ele sim, o primeiro monarca português a arquitetar um projeto aglutinador de memórias e baseado no potencial político-propagandístico de que poderia revestir-se um espaço verdadeiramente *apropriado* como lugar de comemoração régia. Este projeto do rei é, por outro lado, revelador de um aprofundar da consciência do papel do panteão real inserido em espaço religioso como manifestação visível de um dos eixos argumentativos essenciais da monarquia medieval: a origem divina do poder régio e, neste caso, a consagração espiritual do exercício do mesmo e daquele que exemplarmente – supõe-se – o desempenhou. Para o fazer, D. Dinis serve-se de uma nova prática que passa pela ampliação das funções espirituais comuns de um mosteiro por si fundado (não de um cenóbio pré-existente, que se impunha por si próprio, como até aí acontecera) e de uma comunidade feminina por si protegida (pondo termo ao monopólio do clero masculino e dando conta da afirmação crescente do monaquismo das mulheres), o que lhe permitia exercer sobre os mesmos uma autoridade inusitada, tanto nos aspetos materiais como nos consuetudinários e organizativos e, assim, levar a cabo um projeto de imortalização visual à sua imagem e medida, sem limitações de maior. Se, por circunstâncias várias, a dimensão familiar e comemorativa da realza inerente à resenha dionisina não logrou verdadeiramente alcançar-se, teremos de reconhecer a D. Dinis um papel, mais do que fundamental, inaugurador neste processo que nos importa de momento

acompanhar. O conceito não poderá ser, por isso, estranho às decisões que o seu sucessor no trono, D. Afonso IV, toma sobre a matéria, em Lisboa, mesmo que devamos estar conscientes das distâncias que separam os dois projectos e que como que materializam as profundas divergências que sempre marcaram a sua relação⁷.

Por outro lado – e assim chegamos ao terceiro elemento desta parcial desconstrução –, na sua atitude aparentemente inovadora – noção potenciada pela nova clareza com que se ocupa dos aspectos relativos à ocupação e à gestão do espaço funerário que manda criar na Batalha, através do seu testamento, como vimos –, D. João I é afinal “mero” seguidor de uma tradição bem enraizada entre os ocupantes do trono português. Por um lado, confirma a preferência por comunidades monásticas que apenas o projecto de D. Afonso IV viera, por um breve momento, contrariar. Por outro, não será aquele monarca – por maioria de razão, diríamos – a quebrar a tendência para uma certa “dispersão” dos corpos régios, que fora viabilizando, ao longo da primeira dinastia, uma associação da presença real aos diversos lugares simbólicos do reino, à principal fundação ou comunidade religiosa de cada tempo ou ainda a espaços mais favoráveis, por um motivo ou por outro, à elaboração de um programa de comemoração régia⁸. Com duas explicáveis excepções (D. Sancho I e D. Afonso III), cada monarca até então faria questão de delinear o seu próprio projecto comemorativo, individualmente, inaugurando um lugar virgem de sepultamentos anteriores, como que legitimando a sua própria identidade política, governativa mas também religiosa e espiritual. A comprovar o prolongamento desta mentalidade (e o como ela deveria ser considerada legítima e natural) está a dissociação parcial que mesmo D. Duarte não deixará de fazer relativamente ao projecto do pai, mandando construir, em

⁷ Não esqueçamos que só com D. João I os túmulos dos reis viriam a ocupar o seu destino final, na capela-mor da catedral. Sobre o projeto comemorativo de D. Afonso IV, resultante de uma apropriação do espaço da cabeceira da Sé de Lisboa como lugar de comemoração, veja-se: Fernandes (2006/2007, 143-166) e, neste mesmo volume, o artigo de Jorge Rodrigues.

⁸ Uma igual “dispersão” tem sido apontada para a monarquia castelhano-leonesa, com reflexo numa teorização em torno da ausência de um panteão dinástico (até ao Escorial), que, contudo, deve ser também matizada (Nogales Rincón 2009, 965-986). No que respeita a D. João I, não podemos menosprezar o significado, a este nível da afirmação pessoal, das escolhas feitas pelo rei no que respeita ao seu sepulcro – verdadeiramente dominador de todo o conjunto – e à distribuição dos sepultamentos dentro da Capela – distribuídos *em torno* do do casal fundador.

ligação à mesma igreja do Mosteiro da Batalha, o seu próprio panteão, concretizado nas interminadas *Capelas Imperfeitas*⁹.

A novidade, na perspectiva portuguesa, patenteia-se, assim, sobretudo no tipo de estrutura elegida por D. João I, já que, ao contrário da nobreza, a opção por capelas autónomas, mandadas construir de raiz e com uma função inteiramente comemorativa, estivera ausente das práticas dos reis da primeira dinastia. Aquela opção joanina insere-se, na verdade, num mais amplo e curioso “retrocesso” no âmbito das práticas fúnebres, verificado neste final da Idade Média noutros contextos monárquicos e nobiliárquicos europeus, e que se traduz na recuperação das estruturas anexas aos espaços de culto como lugares de sepultamento. De igual forma, ao assumir-se como patrocinador consciente de um panteão de exclusividade régia (uma ideia que porventura lhe animava o espírito desde os primórdios da fundação batalhina e tornada efectiva a partir da trasladação do corpo de D. Filipa de Odivelas para a Batalha, no ano de 1416), D. João I participa, na realidade, de um quadro igualmente mais alargado de consolidação do modelo de panteão dinástico, em contextos de sucessão específicos, comum a outros reinos da Europa¹⁰. A constituição de uma capela dotada de certa autonomia física, em detrimento da opção (já então perfeitamente plausível) pelo sepultamento na capela-mor, é demonstrativa do peso que o discurso político tem no projecto de comemoração delineado por D. João I, ao mesmo tempo que permite criar um espaço próprio de exaltação da

⁹ Cabe aqui fazer uma referência ao trabalho de Begoña Farré Torras, que veio levantar a hipótese, quanto a nós bem plausível, de D. Duarte ter sido, mais do que um mero continuador, um verdadeiro protagonista também do projeto comemorativo do pai, não só assegurando o cumprimento da vontade dos progenitores de permanecerem na capela mandada construir por D. João I (para onde os manda trasladar, em 1434) e dando composição final ao seu sepulcro (através dos longos epitáfios que lhe preenchem os faciais maiores), como zelando, movido por um entendimento que é também muito seu, pela absoluta uniformidade (e subordinação ao dos pais) dos sepultamentos dos irmãos (Farré Torras 2014). Esta hipótese mais exalta o significado (político, nomeadamente) da decisão de D. Duarte a respeito da sua própria sepultura.

¹⁰ É, de facto, a partir de meados do séc. XIII e ao longo do séc. XIV que Saint-Denis ou Westminster – *panteões* régios por excelência – se configuram, de forma mais definitiva, estável e contínua, como lugares de eleição para sepultamento por parte dos monarcas dos respetivos reinos (Nogales Rincón 2008, 997).

memória régia e de acolhimento de um conjunto de práticas litúrgicas piedosas pelas almas daqueles que a representam¹¹.

Observamos, assim, neste conjunto de opções de natureza sepulcral de D. João I, mais uma prova do sentido de Estado que se configura neste reinado e do lugar particular que o monarca sente ocupar, no qual não deixa de pesar seguramente o facto de ascender ao trono por via ilegítima e por meio das armas. Mas não só. Outros fatores de ordem civilizacional parecem jogar igualmente a favor do novo aparato que a morte e a tumulação régias assumem, do qual faz parte esta criação de um panteão a ela destinado exclusivamente. Trata-se, efetivamente, de um novo tempo e da configuração consciente e cuidada de uma mensagem político-institucional, como convém aos fundadores de uma nova era, de uma nova dinastia, que não deixa de preservar e sublinhar as ligações com o passado (nomeadamente com Alcobaça, afinal lugar de sepultamento de D. Pedro I¹²), mas que é também portadora de novos códigos e valores. Não deixa de ser, por isso, significativo e indissociável destes factos que, a partir de D. João I, as exéquias régias se tornem mais ricas e complexas, manifestando assim o agudizar da consciência da importância de tais cerimónias e do seu potencial enquanto atos de demonstração da magnificência e da excecionalidade do poder e da pessoa régias – processos que acompanham uma modernização do Estado e revelam a difusão de novas correntes estéticas, filosóficas e religiosas¹³. A morte de D. João I corresponde, de facto, na

¹¹ Não será demais pôr novamente em evidência a profunda dimensão religiosa/espiritual do programa comemorativo de D. João I (túmulo e capela), perdida em grande parte, mas patente ainda no conceito que serve de base à “militarização” da figura representativa do rei (conforme procurámos explicitar), bem como no livro que discreta mas significativamente D. Filipa segura com a mão esquerda. A importância e o impacto desta componente do programa batalhino – muito desvirtuada por profanações, desaparecimentos e restauros – é hoje uma das principais linhas de investigação a explorar relativamente a este projeto, com reflexo recente na publicação da obra *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha* (Redol e Gomes 2015).

¹² Demonstrando esta relação consciente e procurada com o passado da coroa está o facto de, numa das portas laterais da mesma igreja do Mosteiro da Batalha, D. João I mandar gravar a lembrança da sua ascendência, enquanto “*filho del-rei D. Pedro*” – facto para o qual chama a atenção José Custódio Vieira da Silva (Silva e Redol 2007, 16) –, bem como a simbólica determinação testamentária de que no aniversário da morte dos monarcas, os monges de Alcobaça rezem, juntamente com os dominicanos da Batalha, por suas almas (Sousa 1947, 26).

¹³ Concordamos, assim, com Maria Elisa Carvalho quando afirma ser “*demasiado simplista tudo querer esclarecer a partir da bastardia de D. João I*” (Carvalho 1996, 187),

descrição de Rui de Pina, a um exemplo acabado de *boa morte* no leito, rica de aspetos rituais e de conteúdos simbólicos, portanto, ponto de referência da família real e da corte – e é interessante, neste sentido, o pormenor do rei pedindo que lhe façam a barba na hora da morte, um dado que, na sua aparente insignificância, pode ser interpretado como sinal da integridade física e mental do monarca, garante de uma morte heroica (Pina 1914, 75; Carvalho 1996, 173). As exéquias do rei, por sua parte, não defraudarão o aparato que uma tal encenação do ato de passagem pressupunha. Veremos, assim, o herdeiro, D. Duarte, assumir o papel de orquestrador de um conjunto de rituais cuja pompa e pormenorização simbólicas (culminando no discurso do rei sucessor) não são certamente alheios a uma procura de legitimação e enobrecimento assim refletidos, por herança paterna, no próprio coroadado que agora se anuncia¹⁴.

Indiscutivelmente ancorada em projetos e valores que lhe são anteriores, aquela adição de uma capela funerária, mandada fazer pelo rei D. João I ao seu mais pessoal projeto arquitetónico, o Mosteiro da Batalha, revela-se, ao mesmo tempo, singularmente demonstrativa dos novos contornos dados à comemoração régia. Com esta presença física do seu corpo, o rei dá final e consumado sentido a todo um programa arquitetónico, escultórico, pictórico e vitralista, claramente entendido pelo mesmo, desde o seu encetar, como imagem visível de uma ideia de consagração divina da dinastia que com ele se iniciava, gloriosa e eloquente¹⁵.

reclamando a importância de um processo mais vasto na configuração das mudanças verificadas a partir de D. Fernando I na padronização e ritualização da morte régia. Não obstante, se é inegável que os fundamentos ideológicos que se colocam na base das opções tumulares de D. João I e a construção de uma imagem apologética e fundadora que, por esta via, procura criar para si mesmo, revelam ser aspetos mais ou menos comuns a todos os processos de construção memorialística dos monarcas, não é menos verdade que o grau de intensidade com que as mesmas são assumidas mostra ser indiscutivelmente dependente do carácter mais ou menos “traumático” da chegada ao trono.

¹⁴ Estes acontecimentos são narrados por Rui de Pina no primeiro capítulo da *Chronica d'el-rei D. Duarte* (Pina 1914), cuja construção literária se enche de recriações de potenciação simbólica (no que se refere sobretudo ao momento da morte do rei D. João I, já então ocorrida decerto há mais de 70 anos) e cuja participação na configuração de uma imagem mítica do monarca fundador da dinastia de Avis foi muito bem analisada por Maria Helena da Cruz Coelho (2005, 280-290).

¹⁵ Conforme pudemos verificar no excerto do testamento régio que atrás transcrevemos, D. João I é categórico na afirmação de um sentido restritivo para a

Talvez a maior originalidade assumida por D. João I nas opções tomadas para a sua tumulação e de D. Filipa (porventura aquela verdadeiramente nova) corresponda, finalmente, à tipologia tumular selecionada – e mesmo neste caso, há que matizar um pouco esta afirmação. Trata-se de uma grande arca paralelepipedica, destinada a receber, mais até do que dois corpos, dois ataúdes distintos (como D. João I refere no seu testamento), aspeto de grande novidade que ajuda igualmente a explicar, para lá da função comemorativa e glorificadora que a monumentalidade possa igualmente assumir, as dimensões verdadeiramente excepcionais deste sepulcro, cujos jacentes dificilmente são avistados pelo observador comum¹⁶. A evolução não pode ser dissociada, no entanto, pelo menos num plano conceptual (na ótica de uma complementaridade conjugal), do fenómeno anterior das arcas de esposos concebidas em conjunto, embora esculpidas e expostas de forma individual, de que o século XIV português conheceu (pelo menos do que se conserva) quatro exemplos: o de D. Lopo Fernandes Pacheco e D. Maria de Vilalobos (Sé de Lisboa); o de Domingos Joanes e Domingas Sabachais (Capela dos Ferreiros, Oliveira do Hospital); o de D. Pedro I e D. Inês de Castro (igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça); ou mesmo, antecedendo a todos estes, o dos reis D. Dinis (igreja do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas) e D. Isabel

capela funerária que manda realizar e revela mesmo a preocupação de imputar aos vindouros a responsabilidade pelo controlo dessa dimensão exclusivista. A própria maneira como os túmulos ali se organizam (segundo elaboração ditada pelo próprio D. João I e fielmente preservada por D. Duarte), com o túmulo dos reis fundadores a ocupar um lugar de centralidade, é bem reveladora do papel tutelar do casal régio sobre a dinastia que se inicia e do sistema agnático que configura a lógica sucessória. A propósito da dimensão simbólica e da excepcionalidade artística do empreendimento da Batalha, no seu conjunto, veja-se Silva e Redol (2007).

¹⁶ São aquelas: 375cm de comprimento X 170cm de largura X 184cm de altura. Este é um dado particularmente interessante, que levanta problemas de grande profundidade ligados à natureza comunicativa das iconografias tumulares e que, no limite, se estende a muita da plástica medieval e nos obrigaria a entrar no debate aceso e atual em torno das múltiplas valências das imagens e dos mecanismos de receção das mesmas no seu contexto original. Neste caso, concordamos que a invisibilidade permanente das figuras, apenas possíveis de vislumbrar nos seus contornos, potencia a construção de uma noção de alteridade e magnificência nos visitantes da capela. Sobre este tópico da perceção em contextos devocionais medievos, veja-se Williamson (2013) mas também o livro a ser preparado por Jessica Barker sob o título *Experiencing Tom Sculpture in the Middle Ages*.

de Aragão (Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa – segundo proposta da já citada historiadora Giulia Rossi Vairo, a que aderimos na íntegra¹⁷).

O modelo conjugal corporizado em arca única e com dois jacentes de casal sobre a tampa é, contudo, uma proposta efetivamente original do túmulo dos fundadores da dinastia de Avis e muito provavelmente fruto de uma importação estrangeira. Este modelo tem sido, com frequência, apontado como uma influência concreta de Inglaterra, o reino de origem de D. Filipa, soberana de reconhecido (desde logo, pelos cronistas) papel na redefinição de alguns aspetos do modo de viver próprio da corte portuguesa e, particularmente, na configuração de um modelo de educação e formação cultural de matriz insular com reflexo evidente na sua prole¹⁸. Alguns dados gostaríamos de acrescentar à fundamentação de uma tal inspiração, na qual cremos igualmente. Em primeiro lugar, o facto de este ser, em Inglaterra, um modelo de representação conjugal concretizado desde o séc. XIII – época em que encontramos já a figuração de casais em lápides funerárias, evoluindo no séc. XIV para o modelo específico que vemos concretizar-se na Batalha – e o reino onde é mais largamente utilizado¹⁹. A documentada ligação permanente da rainha com a sua pátria-mãe (e, a partir de 1399, com seu irmão, Henry na qualidade de rei) e a natural procedência inglesa de grande parte da sua *entourage*, mas também as relações mais alargadas entre as duas cortes, comprovadas pelas embaixadas trocadas por razões políticas e comerciais, para além de uma aproximação particular denotada pela excecional integração dos não ingleses D. João I (1400) e seus filhos (1428-1443) na Ordem da Jarreteira – eis um conjunto de circunstâncias que ajudam a delinear um contexto de circulação de ideias e de modelos, no qual ganha sentido a referida adoção tipológica. Em segundo lugar, não podemos negligenciar a ausência de referentes peninsulares, à época, para esta

¹⁷ Esta proposta está relacionada com o referido projeto de configuração de um panteão régio no Mosteiro de Odivelas e resulta de uma reatribuição da arca dita de D. Constança (n. Inv. Esc. 75) que se guarda no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, que deverá corresponder ao túmulo concebido, em primeira opção, para a rainha D. Isabel. A investigadora apresentou pela primeira vez esta proposta em: Rossi Vairo (2009).

¹⁸ Para uma biografia atualizada de D. Filipa de Lencastre, veja-se Silva (2012).

¹⁹ Para uma visão de conjunto sobre a tumulária medieval inglesa, com um subcapítulo dedicado a estes túmulos conjugais, veja-se Saul (2009). Para uma perspetiva atualizada e monográfica, consulte-se Barker (2014).

tipologia exata²⁰ – constatação que nos conduz ao terceiro e grande argumento que julgamos poder vislumbrar. Efetivamente, consideramos perfeitamente plausível que a necessidade de afirmação da independência do reino de Portugal e da dinastia que D. João I inaugura, face aos países vizinhos e particularmente a Castela, tenha jogado a favor da busca, por parte do rei, de um outro referente, até aí menos natural, para a conceção do seu sepulcro, aproveitando um modelo iconográfico muito divulgado na pátria da rainha já falecida. Por outro lado, é também certo que o aparente desvanecimento da individualidade dos dois monarcas assim tumultados (que consideramos particularmente significativo para o que se refere a D. Filipa que assim perde capacidade de autoafirmação relativamente às rainhas suas antecessoras) é compensado pela construção de uma mensagem que ultrapassa esse sentido de confronto pessoal com a morte para se encher de uma carga política de grande impacto. Já não se trata tanto do discurso do crente que se apresenta só, à espera do Juízo Final, rodeado dos seus intercessores divinos e atuando no exercício das suas virtudes e da sua função social, como parece ser aquele que genericamente norteia os programas iconográficos dos túmulos do séc. XIV português²¹. Trata-se antes do verdadeiro assumir da morte como momento de “propaganda” e de expressão última do papel do casal régio na inauguração de um novo tempo e no tutelar (como a posição central da sua arca comprova) de

²⁰ A adoção de túmulos duplos em Castela é tardia, exceção feita (embora numa configuração diversa da da arca única com dois jacentes) aos sepulcros de Alfonso VIII e Leonor (pertencentes à década de 70 do séc. XIII). Assim, e apesar da existência de um precedente entre a nobreza, no túmulo duplo de Don Gómez Manrique e Doña Sancha Rojas (Museu de Burgos, procedente do Monasterio de Fredesval, meados do séc. XV), seria preciso esperar pela execução do túmulo de Juan I e Isabel de Portugal (1489-1493), guardado na Cartuja de Miraflores (Burgos), para se poder documentar esta tipologia, que viria a ter continuidade nos túmulos dos Reis Católicos, Isabel e Fernando (1517), e de Felipe I e Juana I (1514-1525), em Granada. Desta forma, este aparecimento em Castela revela ser posterior ao arranque do mesmo fenómeno em Aragão, possível de documentar desde o séc. XIV, com o sepulcro conjunto de Jaume II e Blanca de Anjou, em Santes Creus (1311-1315), cujas figuras se dispõem nas duas vertentes de uma tampa de duas águas, mas também posterior à adoção do modelo em Portugal. Em qualquer dos casos, o resultado formal e plástico é consideravelmente diverso do do túmulo dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre. Já anteriormente David Nogales Rincón observou estas divergências cronológicas (Nogales Rincón 2009).

²¹ Veja-se o caso paradigmático do segundo sepulcro de D. Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, atualmente guardado no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra.

uma geração sua herdeira de *ínclitos* representantes. De mãos dadas – outra referência aparentemente inequívoca a um modelo inglês, quiçá o dos próprios progenitores da rainha portuguesa, John of Gaunt e sua primeira esposa, tumulados na catedral de S. Paulo²² –, D. João I e D. Filipa apresentam-se em perfeita união, cumprindo a virtude marital de que, como em tantos outros aspetos, parecem pretender configurar-se como modelo a emular²³.

²² Uma das características mais notáveis dos túmulos do final da Idade Média é a adoção, em jacentes de casal dispostos sobre tampa única, da posição de mãos dadas, divulgada em Inglaterra particularmente na segunda metade do séc. XIV e mais concretamente a partir dos finais dos anos 60 (e prolongando-se até ao final do séc. XV). O mais precoce exemplo, segundo Nigel Saul, é o de um casal representado em campa, em meio-relevo, que se guarda em Winterbourne Bassett (Wiltshire), datado de cerca de 1290-1300. É, de resto, a única concretização desta forma anterior aos anos 60 do séc. XIV, altura em que a série se desencadeia com os bronzes de Sir Miles e de Lady Stapleton (1364), em Warwick, e os túmulos em arenito de Sir John of Gaunt e da sua primeira mulher, na catedral de S. Paulo, e do conde e condessa de Arundel (c. 1376), na catedral de Chichester (Saul 2009, 302-307). Esta iconografia atingiu, em Inglaterra, o expoente da popularidade no início do séc. XV, desvanecendo-se a partir de cerca de 1417 e sobretudo depois de 1430. Sobre este tema veja-se também Barker (2014).

²³ Muito se tem discutido, entre os historiadores ingleses, e poucas certezas são possíveis de assumir, relativamente ao significado que o aparecimento dos jacentes de casal, e particularmente do modelo iconográfico das mãos dadas, poderá incorporar, no âmbito das relações conjugais e de uma potencial afetividade entre os esposos. Porventura, tratar-se-á de mais uma matéria em que a análise caso a caso e a ponderação das circunstâncias de execução de cada uma das arcas constituirão necessariamente a melhor e mais honesta via de aproximação aos factos. No caso de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, a opção por este recurso figurativo parece-nos, de facto, em tudo coerente com a dimensão propagandística que os autores são unânimes em reconhecer à ação governativa e institucional dos membros da dinastia avisina e cujo reflexo funerário aqui pretendemos de novo sublinhar. De qualquer forma, não deixa de ser significativo que seja este casal em concreto a promover a adoção de um tal modelo, casal cuja vivência aparentemente exemplar do ideal de partilha conjugal se vislumbra em aspetos variados como a presença de D. Filipa em momentos bélicos de particular importância (associando-se simbolicamente aos êxitos militares do marido) e o contraste da vasta prole por ambos gerada com a ausência de bastardos régios posteriores ao enlace matrimonial (e mesmo, que se saiba, de quaisquer relações extraconjugais do rei). Por outra parte, a ligação de uma tal iconografia com a valorização do matrimónio no seio da pastoral cristã não pode ser negligenciada. Neste sentido, e para a compreensão do fenómeno de união em espaço comum das arcas dos

Assim, seja por meio da heráldica, da configuração militar do jacente régio (o *miles christianus* da nova Reconquista) ou da inscrição que recorda os mais importantes feitos do monarca, D. João I é-nos lembrado, no seu túmulo, pela *boa memória* das suas conquistas: a da independência face a Castela, garante da continuidade do reino, e a da conquista de Ceuta, enquanto feito simbólico de uma política de expansão e de luta anti-islâmica. Neste sentido, tornar-se-á natural constatar como o programa tumular (capela incluída) se transforma no reflexo nítido da ação governativa do rei D. João I, norteada por dois vetores fundamentais, quais os da imposição da autoridade monárquica (face ao clero, à nobreza e aos concelhos) e o da instauração de uma aura de prestígio em torno da nova dinastia (contestada pelo menos até terminado o séc. XIV) e da associação da mesma a uma imagem de “genuinidade impoluta, carismática e nacionalista” (Sousa 1993, 497), de confirmação divina.

O papel de D. Filipa de Lencastre nesta escolha de referente não deverá certamente ser totalmente menosprezado – muito embora dela se faça ali um “retrato” bem mais tradicional e expectável, contrastando, nesse sentido, com a originalidade do jacente do rei. De facto, a participação ativa da soberana numa política de promoção de uma identidade nacional para Portugal e, ao mesmo tempo, de intensificação dos contactos com Inglaterra – suportada pelo marido e pelo irmão – começa a ser devidamente reconhecida (Coleman 2007)²⁴. Neste programa de diferenciação política e cultural do reino português relativamente ao de Castela, incluem-se estratégias diversas como a promoção de uma admiração da linhagem inglesa entre a sua descendência, o cultivo de uma piedade própria na corte lusa, ou mesmo a moda. Se esta influência da rainha (e da sua cultura) deve ser tratada com frieza e cuidado no que se refere ao programa arquitetónico do Mosteiro da Batalha em si mesmo – como justamente notou José Custódio Vieira da Silva, reconhecendo o peso de outras transferências culturais, desde logo a partir da Catalunha, e inserindo claramente o projeto numa dinâmica peninsular (Silva 1991; Silva e Redol

esposos (que culmina na partilha de um mesmo sepulcro pelos dois cadáveres), é interessante a análise de textos como o *Breve Chronicon Alcobacense*, “*oriundo da antiga biblioteca monástica cisterciense, cuja redacção tem sido datada de meados do século XIV*, [no qual] a morte régia aparece inserida num discurso mais teologal, insistindo-se no vínculo matrimonial dos régios defuntos e na solidariedade post-mortem...” (Gomes 1997, 290).

²⁴ Na biografia recente da rainha, Manuela Santos Silva dedica um inteiro subcapítulo ao modo como D. Filipa foi “*imprimindo um toque pessoal na corte portuguesa*” (Silva 2012, 158-179).

2007; Guillouët 2011) –, talvez não seja descabido ponderarmos o seu peso quanto a certas escolhas feitas, em conjunto pelos dois monarcas, para a sua comemoração. Esta hipótese parece mesmo pressupor uma elaboração do projeto em vida da rainha, projeto que estava materializado já numa arca passível de receber dois ataúdes, pela menos, a 4 de Outubro de 1426, data em que D. João redige o seu testamento e se lhe refere como “*aquel muymento, em que ella* [a rainha] *jaz*” (Sousa 1947, 23).

Observamos, de qualquer modo, uma forma própria de acolher e trabalhar as citadas influências exógenas; regista-se uma efetiva apropriação destas marcas e dos modelos que são, através deste túmulo, introduzidos de forma inovadora em território português – e bastará, para o percebermos, registarmos que a novidade assumida pelo jacente de D. João I se integra numa *militarização iconográfica* de jacentes régios peninsulares tardo-medieval²⁵; ou mesmo observarmos o facto de D. Filipa preservar (e aprofundar) o protagonismo dado ao livro de orações enquanto atributo da feminilidade (próprio, embora não exclusivo, do universo iconográfico português), para entrevermos este sentido de continuidade relativamente ao passado artístico e tumular do reino (e mesmo aos seus mais naturais referentes), que não deixa de se registar. Provavelmente jogará a favor deste “tradicionalismo” o facto de se

²⁵ Este fenómeno de *militarização*, que ocorre em Castela a partir de meados do séc. XV e inícios do séc. XVI (com os jacentes régios a assumirem como vestimenta derradeira o arnés) tem representação exemplar na estátua orante de Pedro I no Museo Arqueológico Nacional, proveniente do Convento de Santo Domingo el Real de Madrid (c. 1446 – Chao 2005, 583) – na qual a armadura se combina com um riquíssimo manto e com o gesto de pose de oração, adensando a natureza religiosa da representação. Partilhamos totalmente do pensamento de David Nogales Rincón que afirma que “*la presencia de la espada y del arnés en la iconografía funeraria regia de la Corona de Castilla, aspecto compartido estrechamente con la Corona de Aragón y especialmente con el reino de Portugal, habría de conectarse con el papel de la realeza peninsular en la lucha contra el Islam, sintetizando ambos atributos la condición de caudillos de los reyes de Castilla en su misión religiosa, a modo de reyes cruzados, como reconocían las bulas de Cruzada recibidas por los reyes...*” (Nogales Rincón 2009, 855-856). A particularidade do jacente de D. João I é sublinhada pela substituição da espada, o principal atributo (a par da coroa) dos jacentes régios (e mesmo da nobreza) peninsulares, por um estoque de mando, instrumento que se situa a meio caminho entre a espada e o cetro e que assim coloca a figura do monarca a meio caminho também entre a ação militar cruzadística (perfeitamente assumida) e a apresentação majestática da sua pessoa como entidade política (Silva e Ramôa 2008, 82-83).

tratar, segundo cremos, de um artista português, ou, pelo menos, peninsular, que desenvolve o seu trabalho carregado das imagens do que anteriormente se fazia e atento à realidade e aos costumes nacionais, mesmo que tomando por inspiração modelos absolutamente inovadores.

Quando D. Duarte manda proceder à trasladação solene dos régios cadáveres para a capela iniciada no tempo de seu pai, garantindo o cumprimento da vontade do progenitor, dá finalmente significado, a 14 de Agosto de 1434, ao projeto joanino. E fá-lo numa dupla perspetivação: no sentido mais imediato da configuração de um autêntico panteão real, como no mais abrangente de construção e legitimação de uma inteira dinastia cujo novo protagonista, movido por um declarado amor filial, respeito pela vontade do pai e pela fidelidade ao seu senhor – valores maiores que sempre nortearam a relação com o progenitor, segundo o próprio D. Duarte deixa expresso no *Leal Conselheiro* (1854, cap. LRVII, 458-471) –, se oferece como meticuloso “arquiteto” de uma certa imagem pública familiar e, também por esta via, da sua própria firmeza na sucessão e no poder assumidos.

Bibliografia

- ALONSO ÁLVAREZ, Raquel. 2012. “Enterramientos régios y panteones dinásticos en los monasterios medievales castellano-leoneses”. *Monasterios y monarcas: fundación, presencia y memoria regia en monasterios hispanos medievales*. Aguilar de Campoo, 201-223.
- _____. 2007. “Los enterramientos de los reyes de León y Castilla hasta Sancho IV. Continuidad dinástica y memoria regia”. *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales* 3.
- ARIÈS, Philippe. 1989. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Teorema (ed. original: Paris: Éditions du Seuil, 1975).
- BARKER, Jessica. 2014. *Monuments and Marriage in Late Medieval England: Origins, Functions and Reception of Double Tombs*. Tese de Doutoramento apresentada ao Courtauld Institute of Arts. Londres: Courtauld Institute of Arts.
- BARREIRA, Catarina Fernandes, e SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. 2014. *D. Duarte a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: IEM/CLEGH.
- BEIRANTE, Maria Ângela. 1982. “Para a História da Morte em Portugal (sécs. XII-XIV)”. *Estudos de História de Portugal*. Vol. 1 (séc. X-XV). Lisboa: Editorial Estampa. 359-383.
- BRANDÃO, Francisco. 1650. *Quinta parte da Monarchia lusitana: que contem a historia dos primeiros 23 annos delRey D. Dinis...* Lisboa: Pedro Craesbeeck.
- BULLÓN-FERNÁNDEZ, María, ed. 2007. *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th Century. Cultural, literary and political exchanges*. New York: Palgrave Macmillan.
- CARVALHO, Elisa da Costa. 1996. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média. Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte”. *Cadernos do Noroeste* 9 (2), 157-248.

- CHAO, David. 2005. *Iconografía regia en la Castilla de los Trastámara*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: USC.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 2005. *D. João I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- COLEMAN, Joyce. “Philippa of Lancaster, queen of Portugal – and patron of the Gower translations? England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century”. *Cultural, literary and political exchanges*. New York: Plagrove Macmillan, 135-165.
- DECTOT, Xavier. 2004. “Les Cimetières aux Rois et leur Évolution en León et en Castille du XIe au XIIIe Siècle”. *Hortis Artium Medievalium. Journal of the International Research Center for Late Antiquity and Middle Ages* 10, 55-63.
- _____. 2009. *Les tombeaux des familles royales de la péninsule ibérique au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols.
- FARRÉ TORRAS, Begoña. 2014. *Brotherly love and filial obedience: the commemorative programme of the Avis princes at Santa Maria da Vitória, Batalha*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH-UNL.
- FERNANDES, Carla Varela. 2006/2007. “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”. *Arqueologia & História* 58-59, 143-166.
- DAVID, Dionísio M. M. 1989. *Escultura funerária portuguesa do século XV*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH-UNL.
- DUARTE, Luís Miguel. 2005. *D. Duarte, réquiem por um rei triste*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOMES, Saúl António. 1997. “Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos Séculos XII e XIII”. *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4 (Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII). Guimarães: Asa e Câmara Municipal de Guimarães, 281-295.
- GUILLOUËT, Jean-Marie. 2011. *O portal de Santa Maria da Vitória da Batalha e a arte europeia do seu tempo: Circulação dos artistas e das formas na Europa gótica/Le portail de Santa Maria da Vitória de Batalha et l'art européen de son temps: Circulations des artistes et des formes dans l'Europe gothique*. Leiria: Textiverso.
- KANTOROWICZ, Ernst H. 2012. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política*. Madrid: Akal.
- LEAL CONSELHEIRO, o qual fez Dom Duarte, ..., seguido do Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella, ..., ed. J. I. Roquete. Paris: J.-P. Aillaud, Fain e Thunot, 1854.
- LOPES, Fernão. 1894-1960. *Crónica de D. João I*. Porto: Civilização
- NEVES, José Ferreira Castanheira das. 1891. *Tradução do epitaphio latino de El-Rei D. João I que jaz sepultado no Convento de Nossa Senhora da Victoria, da Batalha*. Alcobaca: Typographia de A. Coelho.
- NIETO SORIA, José Manuel. 2003. “Tiempos y lugares de la «realiza sagrada» en la Castilla de los siglos XII al XV”. *Anexes del CLCHM* 15, 263-284.
- NOGALES RINCÓN, David. 2009. *La representación religiosa de la monarquía castellano-leonesa: la Capilla Real (1252-1504)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid. Madrid: UCM.
- _____. 2010. “La memoria funerária regia en el marco de la confrontación política”. *El conflicto en escena. La pugna política como representación en la Castilla bajomedieval*, dir. José Manuel Nieto Soria. Madrid: Silex, 323-355.

- _____. 2011. “Cultura visual e genealogía en la corte regia de Castilla durante la segunda mitad del siglo XV”. *e-Spania* [em linha] 11: <http://e-spania.revues.org/20362>.
- PINA, Rui de. 1914. *Chronica d’el-rei D. Duarte*, ed. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Renascença Portuguesa.
- REDOL, Pedro, e GOMES, Saúl António (eds.). 2015. *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha*. Batalha: DGPC
- ROSSI VAIRO, Giulia. 2009. “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monasterio di S. Dinis de Odivelas”. *Actas do IV Congresso Internacional Cister en Portugal y en Galicia*. II. Braga-Oseira, 845-867.
- _____. 2011. “O mosteiro de S. Dinis, panteão régio (1318-1322). 2011. *Família, Espaço e Património*, coord. Carlota Santos. Porto: CITCEM, 433-448.
- _____. 2012. “Pro salute animae: a peregrinação de D. Dinis a Compostela. Antecedentes e consequências”. *Incipit. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*, coord. Flávio Miranda e Joana Sequeira. Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 9-22.
- _____. 2014. *D. Dinis del Portugallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH-UNL.
- _____. 2014a. “Isabel de Aragão e a Ordem de Cister em Portugal”. *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, coord. José Eduardo Franco e Luís Machado de Abreu. Vol. II. Lisboa: Paulinas, 287-300.
- SAUL, Nigel. 2009. *English Church Monuments in the Middle Ages. History and Representation*. New York: Oxford University Press Inc.
- SILVA, José Custódio Vieira. 1991. “Para um entendimento da Batalha: a influência mediterrânica.” *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. 1. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 83-88.
- _____. 1997. “Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa”. *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 45-59.
- _____. 2005. “Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (sécs. XIII-XIV)”. *Revista de História da Arte* 1, 46-81.
- _____. 2009. “A Construção de uma imagem: jacentes de nobres portugueses do século XIV”. *El intercambio artístico entre los Reinos Hispanos y las Cortes Europeas en la Baja Edad Média*, ed. Concepción Cosmen Alonso. Leon: Universidad de León, 407-429.
- SILVA, José Custódio Vieira, e RAMÔA, Joana. 2008. “O Retrato de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória”. *Revista de História da Arte* 5, 77-95.
- _____. 2011. “A escultura tumular do século XV em Portugal: novos retratos sociais para um novo tempo”. *A escultura em Portugal: da Idade Média ao início da Idade Contemporânea - História e Património*, ed. Pedro Flor e Teresa Leonor M. Vale,. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 55-80.
- SILVA, José Custódio Vieira; e REDOL, Pedro. 2007. *O Mosteiro da Batalha*. Lisboa/Londres: IPPAR/Scala.
- SILVA, Manuela Santos. 2012. *Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOUSA, António Caetano de. 1947. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo I. Livro III. Coimbra: Atlântida Editora, 22-31.

- SOUSA, Armindo de. 1984. “A Morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica).” *Lucerna: Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, 417–487.
- _____. 1993. “Realizações”. *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Vol. II. [s.l.]: Círculo de Leitores, 483–457.
- _____. 1996. “Imagens e Utopias em Portugal nos finais da Idade Média: a imagem consentida de rei”. *Revista Portuguesa de História* XXXI/2, 1–18.
- WILLIAMSON, Beth. 2013. “Sensory Experience in Medieval Devotion: Sound and Vision, Invisibility and Sound”. *Speculum* 88.1, 1–43.
- ZURARA, Gomes Eanes de. [s.d.] *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências.



Fig. 1. Mosteiro da Batalha. Foto: Joana Ramôa Melo.



Fig. 2. Túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Foto: Joana Ramôa Melo.



Fig. 3. Detalhe da figura anterior. Foto: Joana Ramôa Melo.



Fig. 4. D. Filipa de Lencastre. Foto: Joana Ramôa Melo.



Fig. 5. D. João I. Foto: Joana Ramôa Melo.